



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

NAELI THAISE RODRIGUES MOURA

**A BRINCADEIRA NA ESTRATÉGIA SOCIOEDUCATIVA COM CRIANÇAS EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DE CASTANHAL-PA**

CASTANHAL – PA
2018

NAELI THAISE RODRIGUES MOURA

**A BRINCADEIRA NA ESTRATÉGIA SOCIOEDUCATIVA COM CRIANÇAS EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DE CASTANHAL-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado à Faculdade de Pedagogia da
Universidade Federal do Pará, Campus de
Castanhal, como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciado Pleno em
Pedagogia.

Orientador(a): Carlos Renilton Freitas Cruz.

NAELI THAISE RODRIGUES MOURA

**A BRINCADEIRA NA ESTRATÉGIA SOCIOEDUCATIVA COM CRIANÇAS EM UM
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DE CASTANHAL-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Banca examinadora:

Professor Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz

Professora Dr^a Eula Regina Lima

Professor Msc. Joel Dias da Fonseca

Aprovado em: ____/____/____

CASTANHAL-PA
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Cléia Natividade, pelo amor, dedicação e incentivo. Você sempre foi meu maior exemplo de vida e fonte de inspiração. Te amo!

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me conceder saúde, sabedoria, ouvir meus lamentos e acalmar meu coração nos momentos de desespero, quando dúvidas surgiram que me faziam pensar que não iria conseguir concluir este trabalho.

Agradeço a UFPA, por me acolher e me proporcionar muitas experiências que contribuíram para meu crescimento como ser humano e profissional.

Agradeço à minha mãe Cléia Natividade, por estar sempre ao meu lado me incentivando, ensinando que sonhos não têm limites, por ser meu porto seguro e por me socorrer nas fases difíceis. Ao meu irmão Naédson, por estar sempre disposto a me ouvir e ajudar no percurso dessa formação.

Agradeço à minha amiga e irmã de alma Aline, por estar sempre presente em minha vida, por ter me ajudado em momentos que senti que não teria mais forças para continuar buscando meus sonhos, sendo meu apoio e assim, fez com que os obstáculos se tornassem pequenos e fez com que meu trajeto de vida fosse mais interessante e alegre. Seus ensinamentos estarão presentes para sempre em minha vida, eu aprendo muito com você minha grande amiga!

Agradeço as minhas amigas de classe Ana Janaína, Eliana, Vanessa, Thetty, Paulina e Suanara que estiveram ao meu lado partilhando desafios e alegrias, com toda certeza minhas noites foram mais divertidas ao lado de vocês.

Agradeço à minha amiga de infância Danielly pelo incentivo, confiança e amizade.

Agradeço ao meu orientador prof. Dr. Renilton Cruz, por ter aceitado a embarcar nessa jornada comigo, acreditado na minha capacidade em momentos que pensei em desistir. Cada orientação sua, me sentia encorajada e renovada para encontrar o caminho certo.

Agradeço aos componentes da banca, por se disponibilizarem a ler e avaliar meu trabalho de conclusão de curso, e assim, contribuir para o aprimoramento desse estudo.

Agradeço ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Pantanal, por permitir a realização da minha pesquisa e pelo fornecimento de algumas

informações pertinentes nesse estudo, e aos educadores e crianças que aceitaram participar da pesquisa.

Agradeço à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Castanhal, pela oportunidade de fazer parte dessa grande equipe e assim, despertar o interesse pelo tema da minha pesquisa.

EPÍGRAFE

“A prática educativa é uma viagem, onde precisamos conhecer o local de partida e saber para onde se quer ir. O processo são os passos do caminho, cada um dos marcos que se atravessa conduz a uma mudança paulatina, na qual o tempo representa um papel importantíssimo”.

(Raízes e asas, 1996)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Castanhal-PA. Essa pesquisa se configura como uma abordagem qualitativa, com a utilização de uma entrevista semiestruturada como coleta de dados. Foram sujeitos deste estudo 02 educadores sociais e 02 crianças que estão inseridas no serviço de convivência. Inicialmente foi feito um breve histórico sobre a ludicidade e suas contribuições no serviço de convivência, para que se consiga apresentar uma breve discussão sobre a temática. Os resultados indicaram que a convivência diária das crianças possibilita trocas de aprendizagem, umas aprendem com as outras, por meio das atividades e brincadeiras. Percebe-se que a ação do brincar quando direcionado, gera prazer, despertando um novo olhar dos educadores possibilitando espaços maiores para realização de brincadeiras. É por meio das ações socioeducativas e da convivência com outras crianças e educadores, os usuários do SCFV tornam-se mais autônomas e responsáveis; as crianças constroem através da convivência no brincar suas identidades, fortalecendo vínculos enquanto indivíduos. Portanto, o lúdico deve ser incluído como elemento do processo de aprendizagem, deixando de ser considerado apenas como um espaço de “folga” da ação pedagógica.

Palavras-Chave: Brincar; Serviço de Convivência; Socioeducativo; Ludicidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the integration of play in the strategy of socioeducative development of children assisted by the coexistence service of a Reference Center for Social Assistance (CRAS) of Castanhal-PA. This research is configured as a qualitative approach, with the use of a semi-structured interview as data collection. The study subjects were 02 social educators and 02 children who are included in the coexistence service. Initially, a brief history about ludicity and its contributions was made in the coexistence service, so that a brief discussion about the theme could be presented. The results indicated that the daily coexistence of children allows for exchanges of learning, some learn from others, through activities and games. It is noticed that the action of playing when directed, generates pleasure, awakening a new look of the educators allowing larger spaces for playing games. It is through the socio-educational actions and the coexistence with other children and educators, the SCFV users become more autonomous and responsible; the children construct through the coexistence in playing their identities, strengthening bonds as individuals. Therefore, the playful should be included as an element of the learning process, leaving to be considered only as a space of "leisure" of the pedagogical action.

Keywords: Play; Coexistence Service; Socio-educational; Ludic.

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Estrutura física do CRAS.....	27
Quadro II - Aspectos humanos do CRAS.....	28

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de curso
UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS REFERENTES A LUDICIDADE NO CRAS	15
1.1 O LÚDICO COM ESTRATÉGIA SOCIOEDUCATIVA.....	15
1.2 PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES (CRAS).....	17
1.3 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO CRAS E O LUGAR DO LÚDICO.....	21
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
3.1 BRINCADEIRA E RELAÇÃO COM LÚDICO NA ATIVIDADE SOCIOEDUCATIVA	29
3.2 AÇÃO PEDAGÓGICA E RELAÇÃO COM O LÚDICO	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
APÊNDICES	37
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	37
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	38
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista para o educador social.....	39
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista para a criança	40

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, intitulado “A Brincadeira na Estratégia Socioeducativa com Crianças de um Serviço de Convivência de um Centro de Referência da Assistência Social de Castanhal-PA”, o estudo tem como objetivo analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Castanhal-PA. A finalidade desta pesquisa é tornar mais amplo o leque de estudo e reflexões que envolvem essa temática, colaborando na garantia do direito da criança de brincar, destacando a importância de tal nos processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento da criança.

As minhas reflexões iniciais sobre o termo da Ludicidade foram durante a oferta da disciplina “Ludicidade e Educação” componente curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Castanhal. Até o momento, o lúdico era associado apenas ao ato de brincar, porém no decorrer da disciplina percebi que a Ludicidade é um tema complexo que dependendo do seu contexto histórico, científico e cultural, sua abordagem pode ser compreendida de diversas formas. Essa temática é discutida por grandes pensadores da área da educação, como Cipriano Lukesi (2002) e Kichimoto (1999), entre outros, que entendem que a ludicidade é um meio importante para a aprendizagem, possuindo também diversas formas de interpretação.

Acrescido a essa questão a oportunidade de ingressar na Secretaria de Assistência Social de Castanhal-PA (SEMAS), para atuar como educadora social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Castanhal-PA possibilitou-me aprofundar meus conhecimentos acerca dessa temática. Nesse espaço vivenciei a experiência de desenvolver atividades lúdicas para trabalhar o socioeducativo com crianças de um Serviço de Convivência. Outro aspecto relevante para esta questão decorre de reflexões suscitadas durante as capacitações ofertadas pela SEMAS, nas quais estive presente. Nessas atividades os discursos dos educadores/formadores foram quase unânimes a respeito da importância da ludicidade para aprendizagem, porém no que compete às habilidades para utilizar o lúdico como estratégia para o ensino, ainda existem fragilidades na formação do

educador, sobretudo para trabalhar a dimensão socioeducativa por meio das brincadeiras.

Ficou evidente também a resistência por parte do CRAS em aceitar as atividades lúdicas como estratégias significativas para aprendizagem e por isso as atividades não são incorporadas ao planejamento das ações educativas desenvolvidas nessa instituição, ou então, são desconsideradas durante o planejamento das ações educativas da instituição. Com relação a este aspecto é pertinente ressaltar que uma atividade lúdica só pode ser compreendida como estratégia de ensino, quando possui objetivos claros e pré-estabelecidos, para que assim, possua sentido, propiciando aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento da criança.

Na perspectiva da produção científica, o trabalho justifica-se pela ampla produção relacionado a temática lúdica. Em pesquisas feitas no Portal Periódico Capes, foi comprovada a existência de diversos trabalhos que são artigos, monografias, dissertações e tese, obtidos por meio de cruzamentos realizados.

A importância social deste trabalho é reconhecida em diversos documentos nacionais. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 1993, dentre outros.

Nessa perspectiva, a proposta dessa pesquisa é analisar até que ponto o envolvimento dessas crianças nas atividades oferecidas pelo SCFV, beneficia melhoria de sua autoestima, com conseqüências positivas, até mesmo para a saúde mental. A contribuição da ludicidade é comprovada como método de ensino e aprendizagem e principalmente que o educador, que atua no SCFV com crianças, deve valorizar e utilizar da melhor forma possível, buscando sempre o benefício do grande protagonista que é o usuário que está inserido no serviço de convivência.

A partir dessa perspectiva fez surgir o seguinte questionamento:

- Como a brincadeira é integrada na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um centro de referência da assistência social de Castanhal-PA?

Para responder essas perguntas, o trabalho possui como objetivos geral e específico:

Objetivo Geral:

- Analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um Centro de Referência da Assistência Social de Castanhal-PA.

Objetivos específicos:

- Compreender a importância do lúdico na formação social das crianças.
- Identificar a importância das brincadeiras na estratégia socioeducativa do CRAS.
- Analisar a forma como o lúdico integra a formação inicial e continuada dos educadores do serviço de convivência.
- Analisar a prática pedagógica dos educadores do serviço de convivência no que diz respeito à utilização da ludicidade.
- Verificar o nível de envolvimento e satisfação com as atividades lúdicas por parte das crianças que utilizam o serviço de convivência.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, com um breve recorte no aspecto da ludicidade e suas contribuições socioeducativas no Serviço de Convivências e Fortalecimentos de Vínculos.

No segundo capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos, apresentação do lócus da pesquisa identificando o CRAS e quais os sujeitos da pesquisa.

No terceiro capítulo é apresentada a discursão acerca da brincadeira como estratégia para trabalhar o socioeducativo com crianças, com base nos referenciais teóricos e os dados apontados pela pesquisa.

1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS REFERENTES A LUDICIDADE NO CRAS

1.1 O LÚDICO COM ESTRATÉGIA SOCIOEDUCATIVA

Quando se fala em atividades lúdicas uma falha comum e frequente que acontece é o de igualar tais ações ao generalizar denominando-as simplesmente de ludicidade. Por isso, este momento será destinado para esclarecer tais questões. A maioria das pessoas associa o lúdico apenas ao ato de “brincar”, porém toda brincadeira tem um objetivo/finalidade a ser alcançado, para que tal distorção não seja feita.

O lúdico teve origem na palavra “ludos” que traduzida para o português tem como correspondentes semânticos os termos “brincar” e “jogos”. A história mostra que as brincadeiras e jogos caracterizam-se como construções culturais da humanidade, as quais se atribuíram diferentes papéis, cujos sentidos e significados variam conforme as especificidades culturais do espaço geográfico, tempo histórico e da própria sociedade, por exemplo, a psicomotricidade, que se responsabiliza pelo desenvolvimento integral da criança no que diz respeito às ações físicas e mentais e as relações afetivas e socioculturais, o conceito de ludicidade não se restringia mais apenas aos jogos, passando a contemplar as atividades humanas caracterizadas pela espontaneidade, prazer e satisfação (ALMEIDA, 1998).

Através desse conceito do lúdico que perpassa por aspectos históricos e socioculturais, percebe-se que o contexto que envolve esse processo passou por inúmeras modificações ao longo do tempo. Tomando como exemplo a psicomotricidade citada pelo autor, o lúdico no primeiro momento se restringia apenas a ações limitadas que norteavam o desenvolvimento da criança, porém as transformações ocorridas com o passar do tempo, outra visão foi sendo contemplada, transformando o que antes era visto como um todo em algo com amplo dinamismo contemplando as ações humanas, destacando conceitos diferenciados para jogo e brincadeira por exemplo.

De acordo com Kishimoto (1999), as atividades lúdicas fazem parte da ludicidade. Segundo ela, tanto o jogo quanto a brincadeira, são atividades recreativas, porém, o jogo é organizado com objetivos pré-estabelecidos e sua principal característica são as regras existentes, por exemplo, no jogo de xadrez,

dama, no futebol, dentre outros. Já a brincadeira pode possuir regras ou não, porém, diferentemente do jogo. A criança ao brincar está mais livre, pois mesmo possuindo regras são mais flexíveis, possibilitando que as brincadeiras de pique, amarelinha, andar de bicicleta ou correr, por exemplo, possam acontecer de forma mais lúdica.

A grande diferença entre jogo e brincadeira está nas regras, pois se o jogo tiver suas regras alteradas sua característica se perde e, por consequência disto, se transforma em outro jogo. No caso das brincadeiras, podem ocorrer modificações nas regras sem que esta perca sua característica, por ser uma atividade mais livre. Para Kishimoto (1999), a regra é o fator que norteia a diferença entre jogo e brincadeira. Sendo assim, o jogo não pode ter suas regras alteradas, pois pode perder suas características, transformando-se em outro jogo. Já as brincadeiras possuem regras mais livres e flexíveis, possibilitando que as características originais não sejam comprometidas.

O brinquedo é o objeto que pode ser manuseado pela criança nos jogos e nas brincadeiras. Uma boneca para brincar de casinha ou um tabuleiro para jogar dama, são exemplos disso.

[...] brinquedo metamorfoseia e fotografa a realidade. Não reproduz apenas objetos, mas uma totalidade social. Hoje os brinquedos reproduzem o mundo técnico e científico e o modo de vida atual, com aparelhos eletrodomésticos, naves espaciais, bonecos e robôs (KISHIMOTO, 1999).

O ato de brincar e jogar faz com que a criança se envolva com a brincadeira, depositando sua ação e sentimento. A atividade lúdica estabelece conexão entre os aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais, de modo que o brincar aguça a curiosidade da criança, contribuindo para o aprendizado em uma perspectiva mais ampla, na medida em que favorece o desenvolvimento pessoal, cultural e social, e assim como a saúde física e mental. Para Carvalho (2009), brinquedos e brincadeiras possuem especificidades próprias, que sofreram transformações ao longo da história da humanidade, contribuindo com a formação da cultura lúdica de povos e comunidades recriando e apropriando-se da realidade que está a sua volta.

O jogo possui sua cultura específica particular, dessa forma, é preciso aprendê-lo para brincar. Brougère (2002) salienta que é necessário identificar suas particularidades específicas para que se possa jogar.

De acordo com Lukesi (2002) a ludicidade não se limita apenas aos jogos e brincadeiras, o conceito torna-se mais amplo, pois uma atividade só pode ser

considerada lúdica quando o indivíduo que a desenvolve está vivenciando a experiência por inteiro, tornando a ação prazerosa ao ser desempenhada.

(...) na vivência de uma atividade lúdica, cada um de nós estamos plenos, inteiros nesse momento; nos utilizamos da atenção plena, como definem as tradições sagradas orientais. Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além dessa própria atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis (LUKESI; 2002).

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a ludicidade é um fenômeno muito subjetivo, pois quem pode determinar se uma atividade é lúdica ou não, seria o próprio indivíduo, por esta ser uma experiência interna, onde somente quem vivenciou pode alegar se participou inteiramente.

Medidas Socioeducativas, como método de ação e intervenção, surgiram com a noção de socioeducação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representando uma conquista relacionada ao adolescente infrator, subsidiando intervenções promotoras do desenvolvimento e cumprimento das leis. Segundo o ECA no (art. 4º) assegura o direito ao brincar, destacando o direito ao lazer, bem como, a liberdade e participação destacados no (art.16º).

Segundo (BRASIL, 2010), o trabalho socioeducativo, exige dos profissionais participações diárias, envolvimento em todas as ações, para que assim, o enfrentamento à exclusões sociais possa ressignifica vivências, e combate a violações e garantia dos direitos da criança. Dessa maneira, ações socioeducativas, desenvolvidas tomando como ponto de partida, ações lúdicas geram processos educativos mais condizentes com ações humanas, garantindo que até mesmo, Projetos Políticos Pedagógicos contemplem necessidades que venham a garantir a qualidade nos direitos dos sujeitos, através de ações socioeducativas, desenvolvidas fora do espaço escolar.

1.2 PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES (CRAS)

A Pedagogia, segundo (LIBÂNEO, 2002), aborda a prática educativa em sua intencionalidade com objetivos pré-determinados para a condução da aprendizagem dos sujeitos na vida pessoal ou social. Por um longo período, a prática educativa era

vista como um processo institucional, sendo desenvolvido apenas no ambiente escolar, isto é, era considerado o único lugar de atuação para o pedagogo.

Com o desenvolvimento tecnológico, aliado as concepções de uma sociedade que visa inclusão e a igualdade social, surge uma nova forma de pensar a respeito da educação. Assim o processo educativo passa a ser prioridade não apenas dos ambientes institucionais, como também a outros espaços que visam à formação do ser humano.

O processo de ensino aprendizagem pode ser desenvolvido em diversos espaços, sendo fundamental na atuação do educador. No entanto, é necessário que o profissional esteja apto para atuar, tanto no ambiente formal quanto no informal, tendo em vista a necessidade de lidar com as diversas situações decorrentes da prática pedagógica. Para Brandão (1989, p. 47) a educação está para além das salas de aula, visto que, são encontradas em vários tipos de sociedades.

“A educação do homem existe por toda a parte e, muito mais do que a escola, e o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educam.”

Nesse sentido, foi-lhe atribuído no papel do pedagogo discutir a educação, seja ela formal ou informal, visto que, é necessário que este apresente um perfil que se encaixe em diversos âmbitos, uma vez que a educação não se dá apenas nas escolas. Há algum tempo, autores discutem a identidade do pedagogo e quais as competências que lhes são atribuídas. Vários trabalhos têm sido feitos através de seminários, fóruns, encontros que discutem o curso da pedagogia como um todo. Vale ressaltar que essas mudanças surgiram em torno de uma reestruturação das políticas educacionais que ocorreram no Brasil, onde houve uma transição do antigo magistério para a Licenciatura Plena, o que lhes assegura perpetuar por outros campos da educação, seja ela formal escolar ou não escolar.

A negação e demora em inserir a pedagogia como área acadêmica no Brasil, se deu pelo abandono a escola formal e obrigatória. Alguns questionamentos começam a surgir, principalmente no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia. Apesar dos avanços na área, ainda é pertinente às dúvidas entre educação social, pedagogia social, educação não formal e informal, e em contrapartida diferenciar o educador social do pedagogo social, fornecendo subsídios e apoio para autores que abordam a temática.

É relevante a abordagem referente a discussão sobre a pedagogia social, diferenciando a educação formal, informal e não formal, uma vez que, a consolidação da pedagogia ocorreu na educação não formal. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a qual o debate institucional sobre a educação não formal. Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2006, p. 7):

Entende-se que a formação do licenciado em pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não escolares, que tem a docência como base. Nessa perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia. Desta forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais.

Somente no século XX que a pedagogia social se consolidou e se transforma em formação acadêmica. Muito embora esse assunto seja estudado mais a fundo na contemporaneidade, desde a década de 60 no Brasil já existe a emergência das práticas educacionais, por exemplo, os meninos e meninas em situação de rua, ou outros em situações que desfavorecem a classe dos mais pobres.

A expansão da pedagogia social como prática, ocorre nos projetos de educação não formal que priorizam atenção às classes menos favorecidas, na questão da cidadania, na questão de carências urbanas e rurais, nas situações de vícios e dependências de drogas, de abandono, incluem-se também nas intervenções sócias educacionais, ecológicas e ambientais, do trânsito, a questão cultural, entre outros.

O profissional que estuda a ciência da educação (pedagogia) deve estar apto a desenvolver uma prática pedagógica de acordo com as necessidades dos sujeitos, buscando desempenhar seu papel com dedicação, sensibilidade e doação. Para conceituar o pedagogo social é importante discriminar a diferença entre: Pedagogia social e educação social, que são antagônicas dentro de seus conceitos. Para melhor exemplificar, a pedagogia social é uma disciplina científica, ou seja, uma teoria, que irá fornecer as ferramentas para a Educação Social, que é exatamente a

prática do trabalho do pedagogo. No entanto, uma está intrinsecamente ligada à outra. Gonh (2001, p. 32) define a educação não formal (Pedagogia Social):

Práticas que abordam processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área (GONH, 2001, p. 32).

Com a aprovação do ECA, Lei nº 8.068 / 1990 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº 8742/1993 foram estabelecidos referenciais legais para as ações socioeducativas. A carência de teóricos específicos na área faz com que a atuação do pedagogo estenda apenas as praticas escolares, embora seja necessária a elaboração de um projeto político pedagógico diferenciado que possam atender as necessidades dos sujeitos envolvidos com qualidade, na garantia de fazer valer seus direitos. É importante saber como o pedagogo, que vai além do campo da docência, atua como agente da educação social e como poderá a vir contribuir com o desenvolvimento psicossocial para os sujeitos dos espaços de educação não formal, nesse caso, o CRAS.

Apesar do reconhecimento desta realidade, ainda existem olhares que se voltam para a pedagogia como apenas sinônimo de docência. A esse respeito, Libâneo (2006) vem nos dizer que “A ciência que tem por objeto a educação chama-se Pedagogia”. A ciência que tem por objeto o ensino, a docência, é a Didática. Pedagogia não é sinônimo de educação, assim como educação não é sinônimo de docência. Da mesma forma, Pedagogia não é sinônimo de docência”. Nessa perspectiva, hoje a Pedagogia já consegue ser vista sob uma ótica mais ampla, em se tratando dos variados campos que o Pedagogo pode atuar.

“A questão central da Pedagogia é, portanto, a formação humana mediante a qual os indivíduos adquirem aquelas características humanas necessárias para a vida em sociedade, considerando uma realidade sempre em mudança. Mas trata-se da formação humana de sujeitos concretos, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, sociais, culturais, vivendo num determinado contexto sócio-cultural hoje visto na relação entre o global e o local, entre o homogêneo e o diverso, entre o individual e o comunitário” (LIBÂNEO, 2006, p. 27-28).

Mediante a isto, o CRAS, sendo analisado sob uma visão que retrata a educação, não se distância das perspectivas consideradas por Libâneo, haja vista,

que o ele constitui-se num ambiente que valoriza o princípio da formação do sujeito como cidadão autônomo, que possuem direitos e deveres para com a sociedade que está inserida. Desta maneira, vale ressaltar que a principal função da pedagogia no CRAS consiste na tentativa de resgatar ou contribuir, por meio da educação, a uma vida de qualidade pautada nos direitos e deveres sociais, sendo que durante os acolhimentos, sejam estes individuais ou coletivos com a equipe da assistência, tem-se sempre a preocupação de explicitar os objetivos do programa com cada criança, informando-lhes sempre sobre seus direitos, deveres e responsabilidades, valendo-se de reflexões acerca da realidade.

1.3 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA NO CRAS E O LUGAR DO LÚDICO

Medidas socioeducativas representam uma importante conquista na atenção e intervenção com crianças e adolescentes autores de atos infracionais, a partir da noção de socioeducação sugerida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Partindo da concepção de educação social, a socioeducação é um conjunto articulando de programas serviços e ações desenvolvidas a partir de articulações entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo romper com regras éticas e sociais. A medida socioeducativa contempla ações articuladas e em rede, por meio de ações pedagógicas e intencionais com potencial de oportunizar a ressignificação de novos projetos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é responsável em definir e organizar os elementos fundamentais para que a política de assistência social possa ser executada, estabelecendo normas de padronização para os serviços e para a rede socioassistencial. Pois este documento forma os eixos do trabalho socioassistencial, que estão definidos em vigilância social, proteção social (básica e especial) e defesa social e institucional.

A Política de Assistência Social está reorganizada em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica, que possui o CRAS como sua unidade base e Proteção Social Especial, que tem como unidade referência o CREAS.

O CRAS é a unidade pública estatal descentralizada da Política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da

Proteção Social Básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco dos municípios (MDS, 2009, p. 9).

A Proteção Social Básica tem como finalidade a garantia de direitos, fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, prevenção de riscos e vulnerabilidade sociais causados pela pobreza, privatização e ou fragilização de vínculos afetivos.

De acordo com as Orientações Técnicas (2009, p. 9) o CRAS é uma instituição pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social responsável pela oferta de serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Possibilita o acesso de um número significativo de famílias a rede de proteção social uma vez que esta unidade referencia todos os serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo socioassistenciais, desenvolvidos no território de abrangência e sua composição é regulamentada pela NOB-RH/SUAS.

A Proteção Social torna-se referência quando se fala da segurança de convívio ou vivência familiar através de ações, cuidados e serviços de fortalecimento de vínculos pessoal, familiar, social, por meio de ações socioeducativas e de convivência para as diversas fases da vida de acordo com suas necessidades e características.

É através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que os serviços são organizados (MDS, 2009), este documento dá o direcionamento sobre o nível de Proteção Social a oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos.

Segundo a Resolução nº109 (2009), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o serviço realizado em grupos de maneira que garante aquisições progressivas aos seus usuários, com o intuito de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social através da intervenção social. O Serviço apresenta dois eixos: Convivência social e o eixo participação, sendo convivência social o eixo principal, uma vez que, traduz a essência do SCFV e o eixo participação da criança e do adolescente, em função dos conceitos e fundamentos que perpassam os fundamentos da infância e adolescência. O fortalecimento de vínculos familiares incentiva o desenvolvimento de trabalhos preventivos e proativos relacionados com a defesa e afirmação de seus direitos. Para Garcia (1986), o saber construído a partir da intervenção social no

SCFV incentiva a criança a utilizar indiretamente toda experiência na relação com familiares, na escola, e até mesmo na construção de sua própria identidade.

A ação socioeducativa desenvolvida no CRAS aproxima diversas realidades da criança e a insere em um espaço relacional, promovendo garantia e acesso a direitos sociais visando o desenvolvimento humano, social e comunitário. As crianças atendidas no SCFV aprendem umas com as outras no relacionamento diário, testam diversas formas de resistência á imposições dos adultos criando ludicamente seus mundos através de brincadeiras, encontros, construções e experiências. Aparecem, portanto, no convívio diário das crianças suas fragilidades e potencialidades sugerindo elementos que possam ser utilizados no trabalho socioeducativo. Para Freire (1987), a forma mais organizada e sistematizada para o desenvolvimento desse trabalho é a reestruturação do que lhes foi entregue destruído.

Nessa perspectiva, o serviço socioeducativo desenvolvido através da convivência diária gera processos educativos mais condizentes aquilo que se refere a condição humana, pois segundo Oliveira (2009), no encontro diário é que ocorrem diálogos e a formação de seres comprometidos socialmente.

De acordo com Carvalho (2005) a ação socioeducativa é uma forma de aprendizagem, pois é um conjunto de ações que se compreende como educação não formal.

Segundo Gohn (2010) a educação não formal são práticas educativas que ocorre fora do sistema formal de ensino. É desenvolvida nas comunidades que estão expostas ao risco social ou apresentam qualquer tipo de exclusão, são praticas como esta que traz um novo significado sobre a educação comunitária.

Para Carvalho (2005) entende-se que o socioeducativo é qualificador, é uma pratica de aprendizagem direcionada para a convivência coletiva, onde se trata os valores éticos, culturais, estéticos e políticos.

A ludicidade é um meio muito importante para o desenvolvimento das crianças, é por meio dela que a criança aprimora seu conhecimento e sua forma de entendimento de mundo. Os jogos e brincadeiras são meios estratégicos para incentivar o coletivo humano. Através deles a criança desenvolve diversas questões importantes como campo afetivo, seu caráter imaginário de faz de conta, desejos; trabalham as relações sociais como respeito, cooperação, controle e o seu

intelectual. Sobre o brincar Cunha (2005) afirma que: “brincar junto reforça os laços afetivos”

De acordo com os objetivos descritos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009) para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, toda ação realizada em grupos deve ser uma intervenção planejada, com objetivo de provocar situações desafiadoras, proporcionar trocas culturais e experiências vividas gerando o fortalecimento dos vínculos familiares. O lúdico é um meio de desenvolvimento de atividade tendo sua função como socioeducativa, nos ambientes sociais.

Para Kishimoto (1999) jogos e brincadeiras são meio importantes para conhecer a criança, sua família e suas relações. Por meio dessa ação laços familiares são estreitados.

A ação do lúdico no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve promover atividades conjuntas entre crianças e seus familiares, exercitando suas capacidades, detectando suas vulnerabilidades e trabalhando a prevenção de situações de risco social, interpretando a ação do brincar.

É por meio do brincar que a criança é inserida em seu meio social, ou seja, é brincando que ele conhece a sociedade na qual está sendo integrada, assim como também passa a conhecer o papel desempenhado por cada indivíduo de seu meio social, experimentando assim sua condição de cidadã (MDS, 2010, p. 75).

As atividades lúdicas devem ser valorizadas, é por meio dessa ação que são construídas relações de confiança e os membros da família interagem uns com os outros, fortalecendo seus vínculos. Para desenvolver essa relação de confiança é necessário que os membros da família respeitem suas preferências lúdicas e as particularidades no jeito de brincar, e a respeito da integração, é preciso ter predisposição dos familiares e envolvimento nas brincadeiras e nos jogos (POINTEIN, 2011).

O ato de brincar está presente em todos os lugares do mundo, encontrada em diversas etnias, classes sociais e em diferentes etapas da história da civilização. Nessa perspectiva, a ludicidade é uma forma de manutenção cultural de um povo, tendo em vista que é através das brincadeiras que a criança recria e se apropria da realidade que está à sua volta (BROUGÈRE, 2002).

O brincar de faz de conta é uma experiência que permite um campo amplo de atividades às crianças que não são acessíveis (ser um médico, pilotar carro, viajar em um foguete, etc.), atividades que geralmente estão ligadas ao mundo dos adultos. A brincadeira permite que ideias sejam vivenciadas simbolicamente, compreendendo seu significado na vida real (CUNHA, 2010).

É através das brincadeiras que as crianças vivem desafios e questões que vão além de seu comportamento diário, compreendendo problemas apresentados por pessoas e pela realidade que estão inseridas. São desenvolvidas também regras de convivência e organização, formas para solucionar problemas, se deparando com diversos pontos de vida. “As crianças são capazes de lidar com situações psicológicas complexas por intermédio do brincar: integram experiências de dor, medo e perda” (AZEVEDO, 2004, p. 62).

Para Perez (2011) é através das diversas formas de brincar que a criança fortalece seus vínculos afetivos e trabalha sua autoestima, lembrando momentos da infância, idealizando perspectivas para o futuro, na esperança de um mundo melhor. O brincar traz possibilidades para traçar novos caminhos solucionando adversidades que surgem em sua vida, sendo um recurso importante para desenvolver a capacidade de superação.

De acordo com Bettelheim (1989) as regras contidas no jogo faz com que a criança adquira a capacidade de enfrentar sua realidade social. Jogar estimula os órgãos dos sentidos desenvolvendo o seu raciocínio lógico, permite experimentar limites, regras, fracassos e decepções.

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante as mesmas o direito de brincar, por isso é necessário que o educador reconheça a importância das atividades lúdicas, e saiba que na brincadeira “as crianças recriam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento em uma atividade espontânea e imaginária” (RCNEI, p. 29).

A ação do brincar possibilita a criação de um espaço para que as questões de vínculos fragilizados possam ser trabalhadas. Ao brincar, tanto crianças e adultos criam ambientes que possibilitam recordar e recriar momentos vividos recriando simbolicamente aquilo que fragiliza a relação, tornando também um espaço para construção de vínculos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados através de entrevistas realizadas com os educadores e crianças do SCFV do CRAS, e foram cruciais para a obtenção de dados e maior aproximação com a realidade. Dos quatro entrevistados incluem-se, dois educadores e duas crianças, os quais se colocaram à disposição no recolhimento de informações para a finalização da pesquisa.

O serviço de convivência para crianças reúne um conjunto de ações que objetivam a integração social nos mais diversos espaços sócio educacionais, bem como ressaltar a importância e estímulo da promoção de estratégias que promovam o fortalecimento de vínculos. O Serviço é realizado em grupos, e prevê de forma gradual, a conquista de espaço, individualidade e reinserção no meio social com ênfase nos se encontram em situação de vulnerabilidade e que tem seus vínculos intrafamiliar ameaçados. Para maior aproximação com a realidade de como se operacionaliza esse serviço no município de Castanhal, sob a ótica dos entrevistados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Quando perguntados sobre o objetivo do SCFV na vida das crianças e se eles são alcançados no município, as respostas foram semelhantes e trouxeram certa satisfação diante do serviço. Ambos afirmaram que por meio das experiências lúdicas os vínculos familiares são fortalecidos.

O objetivo do SCFV é justamente fortalecer essa questão dos vínculos familiares através de atividades que enfatizem o lúdico [...] uma vez veio aqui um palestrante falar sobre determinado tema, e aí pediram para colocar as crianças bem na frente. Ele começou a fazer as perguntas, os pais também estavam presentes porque era reunião do PAIF, iniciaram as perguntas e eram as crianças que respondiam antes dos adultos, por que elas aprenderam durante a brincadeira em um momento que elas gostam a gravar com mais precisão aquilo que estavam aprendendo no momento do brincar, e quando foi no momento de seriedade elas tiraram de letra, sendo mais fácil elas se expressarem por consequência da atividade lúdica (Educador A).

[...] os benefícios percebidos são, a questão da interação, respeito, fortalecimento de vínculos, porque as atividades lúdicas envolvem regras e suas especificidades (Educador B).

[...] as crianças que nós atendemos aqui, querendo ou não, são crianças, então devemos respeitar essa fase que elas estão vivendo. Não são eles que têm que se adaptar ao que nós educadores colocamos, somos nós que temos que nos adaptar a fase que elas estão [...] então a importância é essa, trabalhar o lúdico que é esse lado mais divertido, não perdendo o intuito do conteúdo principal, que é de suma importância para elas (Educador A).

Sendo assim, o SCFV está alcançando os resultados esperados pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, pois de acordo com as orientações técnicas do para o serviço de 06 a 12 anos, apesar das conquistas sociais não ultrapassarem o limite da pobreza, o sujeito das políticas públicas assistenciais continua pobre, porém de alguma maneira assistido e respaldado legalmente. É brincando que a criança conhece a sociedade no qual está sendo integrada (IAMAMOTO, 2010). Em relação à afirmação, os entrevistados afirmam que:

[...] com toda certeza, muito maior do que em uma atividade socioeducativa. As socioeducativas já estão até parecendo com esse lúdico, porque é uma estratégia que não tem como não usar, você coloca ali, algo para trabalhar uma roda de conversa se não tiver um pouco de brincadeira não vai conseguir prender a atenção delas (Educador A).

[...] elas se sentem envolvidas, se dispõem a realizar essas atividades porque gostam de fazer aquilo (Educador B).

Sobre vivências e possibilidades, as crianças sabem que existem regras e competências a serem respeitadas no ato de brincar, tanto quando ensinam como quando aprendem, sendo descartada, portanto, as hipóteses de que são incapazes de defenderem seus interesses, porque elas discutem e levam a sério quando algo sai errado. “Quando a criança brinca, ela o faz de modo bastante compenetrado” (KISHIMOTO, 2011, p. 27). Podemos observar esses exemplos nos relatos a seguir.

Sobre o aprendizado através das brincadeiras [...] sim, eu aprendo que devemos respeitar o colega, ter carinho (Criança A).

[...] sim, como não chamar palavrão, ter respeito e carinho (Criança B).

Segundo Rendin (2000), a criança que brinca está reinventando grande parte do saber humano, além do valor incontestado do movimento interno e externo para os desenvolvimentos físicos, psíquicos e motor, além do tateio, que é a maneira privilegiada de contato com o mundo. A criança sadia possui a capacidade de agir sobre o mundo e os outros através da fantasia, da imaginação e do simbólico, pelos quais o mundo tem seus limites ultrapassados, a criança cria o mundo e a natureza, o forma e o transforma e, neste momento, ela se cria e se transforma. O mundo da fantasia, da imaginação, do jogo, do brinquedo e da brincadeira, além de prazeroso

também é um mundo onde a criança está em exercício constante, não apenas nos aspectos físicos ou emocionais, mas, sobretudo no aspecto intelectual.

3.1 BRINCADEIRA E RELAÇÃO COM LÚDICO NA ATIVIDADE SOCIOEDUCATIVA

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças reúne ações tendo em vista à integração social nos mais diversos espaços sócio-educacionais, fortalecendo a importância da promoção à integração, desenvolvimento social e fortalecimento de vínculos, este serviço é realizado em grupos, prevendo a reinserção no meio social dos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e que tem seus vínculos intrafamiliar ameaçados através de brincadeiras e ações lúdicas.

Através das brincadeiras, as crianças criam um momento e espaço de realização próprio, promovendo interação no meio em que estão inseridas, além da proximidade corporal com o outro e bem-estar psíquico. Para Luckese (2002), o lúdico nesse sentido pode ser abordado em uma perspectiva ampla que vai além dos jogos e brincadeiras, pois para ele o que caracteriza uma atividade com lúdica é a vivência subjetiva que desenvolve uma atividade particular. Dessa maneira destaca-se a própria experiência e a maneira com que cada criança vivencia as atividades, entra em conflitos, adaptam brincadeiras já existentes e criam outras.

O lúdico é para envolvê-las para que justamente elas tenham uma vontade de estar frequentando o CRAS ou qualquer outra atividade. Acho muito importante inserir esses tipos de atividade lúdicos, que são atividades que envolvam eles e por consequência disso repassamos o tema que estamos abordando durante o mês [...] (Educador A).

Nessa perspectiva nota-se que o educador utiliza o aspecto lúdico como atrativo para a inserção da criança no serviço de convivência, uma vez que, o trabalho infantil no setor de abrangência é bastante significativo e relevante, sendo levado em consideração até mesmo na montagem de planos de ação que são trabalhados nas atividades.

[...] a gente sabe que elas gostam de determinada brincadeira, vamos pegar aquela brincadeira, associar ao tema e criar algo bem legal para repassar essas informações para eles (Educador B).

Segundo Santos (2000), educadores e pais necessitam ter clareza quanto aos brinquedos, brincadeiras e jogos que são necessários para as crianças, sabendo que eles trazem enormes contribuições ao desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar. No jogo, ela está livre para explorar, brincar e jogar com seus próprios ritmos, para autocontrolar suas atividades, muitas vezes é reforçada com respostas imediatas de sucesso ou encorajada tentar novamente, se da primeira alternativa não obteve o resultado esperado.

A relação e correlação da criança com o meio externo está ligada diretamente ao brincar, é uma tomada de atitude interna. Mesmo brincando, ela se envolve em uma série de representações, criações, personagens imaginários reproduzindo e vivenciando cotidianamente no espaço em que está inserida. Dessa maneira, a vivência e a troca de experiências estão ligadas a essa prática, contribuindo para a formação da identidade da criança e a própria percepção dela enquanto integrante dos grupos em que estão inseridas, no caso, o próprio SCFV.

3.2 AÇÃO PEDAGÓGICA E RELAÇÃO COM O LÚDICO

O domínio do pedagogo ou de qualquer outro agente educativo deve se inserir na mediação das relações entre a função lúdica e educativa, promovendo a construção de conhecimentos nas diferentes áreas do saber. Segundo Kichimoto (1999) os métodos lúdicos na educação tomaram maior proporção, justamente por essa ampliação em vários setores, inclusive na assistência social. Um planejamento pedagógico estruturado, sistematizado com objetivos bem definidos e associados didaticamente a uma metodologia lúdica, facilita o aprendizado das crianças.

Do mesmo modo, as dimensões pedagógicas e lúdicas devem estar em perfeita consonância, ou seja, garantindo, simultaneamente, o prazer que emerge do brincar e saber, conhecimento perpassado no ato de brincar ou jogar no que diz respeito serviço de convivência, fato esse muito presente nos argumentos de ambos educadores durante trechos da entrevista:

Sim, sempre ocorre. Conversamos com nosso técnico que é formado em pedagogia e ele nos repassa a atividade que pode envolver a criança no serviço para que elas fiquem integradas umas com as outras [...] para fazermos as atividades de acordo com o que ele planejou e a gente planeja juntamente com ele. (Educador A).

Elas não só integram como já faz parte do nosso planejamento. Porque assim, a criança costuma ter mais atenção naquilo que é de interesse dela. Não tem como colocar uma coisa que mais específica para adulto tentando atrair atenção de uma criança, porque o que mais passa pela cabeça dela é a brincadeira. Então a gente coloca assim, essas coisas que tem que trabalhar esses temas importantes, aliados a essas brincadeiras para tornar mais fácil, otimizando nosso tempo e aprendendo mais a atenção delas. (Educador B).

A inclusão de brinquedos e brincadeiras como parte constante dos métodos e procedimentos para aprender conceitos e desenvolver habilidades educativas passou a estar presente na proposta curricular da Educação Infantil por cerca de 50 anos. O desenvolvimento de uma criança que joga e brinca está diretamente ligada à construção de novos conhecimentos. Segundo Moyles (2003) e Wajskop (2001) é essencial focar que as brincadeiras infantis podem fornecer práticas interativas entre as crianças no ambiente escolar se atreladas às práticas lúdicas. Dessa forma, essas práticas têm sido apresentadas como estratégias para melhor garantir a aprendizagem de modo mais ativo e interessante para as crianças.

Em relação à ação pedagógica associada ao serviço de convivência, não é notável a presença do pedagogo na função de educador social, uma vez que, um dos desafios dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS é desenvolver ações estruturadoras com resultados mais eficazes e efetivos sobre as famílias e serviços de convivência, o que exige das equipes uma prática pedagógica pela formação integral, porém, no que diz respeito ao educador social, a formação pedagógica não é exigida, pois de acordo com a resolução CNAS nº 09/2014 o educador social caracteriza-se pela função exercida por profissional com, no mínimo, nível médio de escolaridade não sendo necessário nível superior para o exercício da função. Nesse sentido, segue as falas dos educadores A e B referentes a explanação:

Não, minha formação inicial foi em Direito. E o que eu faço hoje, é o curso de artes dramáticas, na Escola de São Lucas. Lá que eu estou tomando conhecimento nessa parte lúdica, desenvolvendo atividades e agora que estou começando a pegar essas situações que podemos fazer essas brincadeiras com as crianças envolvendo-as no tema abordado. (Educador A).

Na verdade, não. Iniciei meu curso superior nessa área a pouco tempo, mas aprendi sobre isso com o desenvolvimento. A gente vai olhando, vai aprendendo com os outros educadores e vai conseguindo dominar essa área até criar novas situações, estratégias para continuar fazendo esse trabalho com as crianças. (Educador B).

Apesar da existência da proposta aprovada pela comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que regulamenta a atividade de educador social, segundo a proposta (PL 5346/09) de autoria do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), o projeto ainda está pendente da apreciação do plenário da Câmara dos Deputados, mas deverá seguir diretamente para o Senado. Nessa conjuntura, nota-se que o educador aprende a ser educador na “prática”, através das vivências no próprio serviço de convivência, pois não é algo que possa ser ensinado e não há critérios específicos para o exercício da função.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem por objetivo analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo SCFV do CRAS de Castanhal-PA. Dessa forma, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Compreender a importância do lúdico na formação social das crianças; 2) Identificar a importância das brincadeiras na estratégia socioeducativa; 3) Analisar a forma como o lúdico integra a formação inicial e continuada dos educadores no serviço de convivência; 4) Analisar a prática pedagógica dos educadores no serviço de convivência no que diz respeito a utilização da ludicidade; 5) Verificar o nível de envolvimento e satisfação com as atividades lúdicas por parte das crianças que utilizam o serviço de convivência.

Diante disso, os resultados da entrevista indicam a importância da ludicidade no serviço de convivência, pois a brincadeira assume um papel fundamental no processo de aprendizagem da criança. A atividade lúdica tem como seu principal fator, a promoção do desenvolvimento da criança enquanto indivíduo e contribui na construção do conhecimento, processo estes que diretamente interligam-se.

A brincadeira não pode ser vista como uma simples atividade complementar, e sim como uma atividade pedagógica. Nesse sentido, o serviço de convivência não pode ser visto apenas como um local onde a brincadeira ocorre de forma não direcionada, ou seja, o brincar pelo brincar, mas onde crie situações para que a criança possa está adquirindo seu conhecimento formal.

Com relação a formação acadêmica, verificou-se que eles possuem nível superior completo, mas em áreas não pedagógicas já que essa formação não é exigida, pois a função de educador social exige no mínimo nível médio de escolaridade. No entanto, informaram que já participaram de capacitações sobre ludicidade ofertadas pela SEMAS (Castanhal) e isto, os ajudou a dar seguimento na execução das atividades desenvolvidas.

Os resultados mostraram que tanto os educadores quanto as crianças consideram que a convivência e as brincadeiras desenvolvidas diariamente no serviço de convivência, são elementos significativos que refletem na forma de ser e da maneira como se expressam.

Para as crianças, as brincadeiras são consideradas um fator importante que está presente em todos os momentos; porque elas aprendem a pensar, a falar, se posicionam perante os desafios, ocasionando o fortalecimento de vínculos uns com os outros. Através do ato de brincar que suas vivências são reproduzidas, e assim, cria-se seu espaço social.

Por meio desta pesquisa, pude entender a importância dos processos educativos que são estimulados mediante a prática social do brincar e da convivência, sendo considerado também um ambiente de ensino e aprendizado.

Diante do que foi exposto no trabalho, os objetivos propostos foram alcançados de forma positiva, haja vista que, ficaram evidentes as principais contribuições que as brincadeiras ocasionam no serviço de convivência que foram relatados pelos próprios entrevistados. Os resultados apontam que a atividade lúdica é importante para o desenvolvimento da criança em todas as esferas, tornando-se uma estratégia para exercitar suas capacidades, detectando sua vulnerabilidade e trabalhando a prevenção de situações de risco social.

Diante do que já foi mostrado, este estudo é um pequeno recorte da realidade, sendo necessário um estudo aprofundado sobre a utilização da ludicidade no serviço de convivência com as crianças. Ao falar sobre brincadeiras como estratégias para trabalhar o socioeducativo abre-se inúmeras possibilidades para debates e surgem muitos questionamentos, sendo necessário que as instituições responsáveis estejam dispostas a debater a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. 9º ed, São Paulo: Loyola, 1998.

BETTELHEIM, Bruno. Compreendendo a importância da brincadeira. In: BETTELHEIM, Bruno (Org). **Uma vida para seu filho**: pais bons o bastante - ajude seu filho a ser o que ele deseja. Rio de Janeiro: Campus, p. 1556-166. 1989.

BRASIL, **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em 20 de fev. de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social; Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, PNS/2004; **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS**. 2009.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko. (Org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

CARVALHO, Levindo Diniz. **Infância, brincadeira e cultura**. 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Avaliação**: construindo parâmetros das ações socioeducativas, São Paulo: Cenpec, 2005.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedos desafios e descobertas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ECA. **Estatuto da criança e do adolescente**: secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. – Brasília: MEC, ACS, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º. Ed. São Paulo: Atlas S. A, 2008.

GONH, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 104 p. 2010.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes Curriculares da Pedagogia - um adeus à pedagogia e aos pedagogos? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876. 2006.

LUKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir de uma experiência interna. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org). **Ludicidade: o que é mesmo isto?** Salvador: UFBA/FACED/PPGE/GEPEL, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, p. 176-216. 2009.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos**, BRASÍLIA, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREZ, Luciana. **O acesso ao livre brincar: elevando o potencial de resiliência**. SERPIÃ-FAZ-ABBRI, 2011. In. I Curso de Brinquedoteca Comunitária. SERPIÃ-FAZ-ABBRI, p. 43-53. 2011.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, p. 13-55. 2007.

SISC. **Sistema de informação**. 2016. Disponível em: <<http://www.aplicacoes.mds.gov.br/sisc/auth/index.php/>>. Acessado em 17 de abril de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado educador (a)

Vimos convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada *A brincadeira na estratégia socioeducativa com crianças de um serviço de convivência de um Centro de Referência da Assistência Social de Castanhal-PA*, que está sendo desenvolvida por **Naéli Thaise Rodrigues Moura**, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. **Carlos Renilton Freitas Cruz**. O estudo tem como objetivo analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um centro de referência da assistência social de Castanhal-PA.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os dados deste estudo em eventos de fins acadêmicos. Esses procedimentos, a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que só aborda temas sobre sua formação. Informamos também que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Sigilo absoluto. O CRAS, os educadores e outros participantes da pesquisa terão suas identidades preservadas, apenas os envolvidos na pesquisa terão acesso aos dados coletados, e somente o resultado de suas análises serão utilizadas em eventos, congressos, atividades científicas e acadêmicas.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto o (a) senhor (a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver desistir em qualquer momento, não sofrerá nenhum dano.

Eu, _____ educador (a), considero-me informado sobre a pesquisa e aceito participar da mesma, consentindo que a coleta de dados seja realizada por meio de entrevista, e que as respostas sejam utilizadas para análises e discussões de trabalhos acadêmicos e científicos.

Castanhal-Pa, ____/____/____

Assinatura educador(a)

Assinatura pesquisadora

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Sr.(a)

Vimos convidar seu filho (a) que está sob sua responsabilidade a participar da pesquisa intitulada *A brincadeira na estratégia socioeducativa com crianças de um serviço de convivência de um Centro de Referência da Assistência Social de Castanhal-PA*, que está sendo desenvolvida por **Naéli Thaise Rodrigues Moura**, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. **Carlos Renilton Freitas Cruz**. O estudo tem como objetivo analisar a integração das brincadeiras na estratégia de desenvolvimento socioeducativo de crianças atendidas pelo serviço de convivência de um centro de referência da assistência social de Castanhal-PA.

A participação é voluntária. Caso você aceite a participação, solicitamos a colaboração da criança para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os dados deste estudo em eventos de fins acadêmicos. Esses procedimentos, a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que só aborda temas sobre sua formação. Informamos também que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Sigilo absoluto. O CRAS, as crianças e outros participantes da pesquisa terão suas identidades preservadas, apenas os envolvidos na pesquisa terão acesso aos dados coletados, e somente o resultado de suas análises serão utilizadas em eventos, congressos, atividades científicas e acadêmicas.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, a criança não é obrigada (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver desistir em qualquer momento, não sofrerá nenhum dano.

Eu, _____, considero-me informado sobre a pesquisa e autorizo participação, consentindo que a coleta de dados seja realizada por meio de entrevista, e que as respostas sejam utilizadas para análises e discussões de trabalhos acadêmicos e científicos.

Castanhal-Pa, ___/___/___

Assinatura responsável

Assinatura pesquisadora

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista para o educador social

Nome: _____ Idade: _____
Local: _____
Início: _____ Término: _____

- 1) No seu curso de formação inicial houve unidades curriculares voltadas ao exercício do lúdico como ação pedagógica intencional?
- 2) O planejamento das atividades socioeducativas do CRAS integram a brincadeira como ação pedagógica? Como?
- 3) Ao longo do tempo em que você trabalha no SCFV lhe foi ofertada formação continuada onde as atividades lúdicas fossem trabalhadas?
- 4) Quais atividades lúdicas são desenvolvidas no SCFV?
- 5) Qual a importância você atribui ao lúdico no processo de formação social das crianças atendidas no CRAS?
- 6) Quais os benefícios que você pôde perceber em relação ao desenvolvimento socioeducativo, a partir das atividades lúdicas trabalhadas?
- 7) Como você analisa a participação das crianças nas atividades lúdicas?
- 8) Quais são as brincadeiras que elas mais se identificam?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista para a criança

Nome:

Idade:

Local:

Data:

Início:

Término:

- 1) Qual sua idade?
- 2) Quanto tempo você frequenta o CRAS?
- 3) Antes de participar das atividades no CRAS, o que você fazia?
- 4) Você gosta de participar das atividades no Serviço de Convivência?
- 5) Quais as brincadeiras que mais gosta?
- 6) Você aprende algo através das brincadeiras?